

Elevar o IR sobre os ativos financeiros para poupar as cadernetas

por Cláudia Safatle
de Brasília

Entre as diversas alternativas que estão sendo pensadas para poupar os investidores das cadernetas de poupança e não comprometer ainda mais o sistema financeiro da habitação, em face do expurgo já definido nos índices oficiais da economia, uma delas foi considerada bastante viável por uma categorizada fonte oficial. A de elevar a taxação do Imposto de Renda nos ativos financeiros para que as cadernetas não percam terreno.

Exceto as cadernetas e as ORTN com cláusula de correção cambial, os demais papéis têm como se defender do redutor a ser aplicado na correção monetária. Basta elevar os juros reais que remuneram esses papéis equivalente ao diferencial que os investidores perderão com o expurgo.

Para a fonte, tirar um pouco da rentabilidade das ORTN com correção cambial até que não resulta em um mau negócio, pois elas estão funcionando como patamar das taxas de juros

no mercado e uma redução na remuneração acabaria empurrando os juros um pouco para baixo.

"Criar restrições na área de poupança, entretanto, é um enorme risco que o governo está correndo, principalmente num ano em que os saques do FGTS e das cadernetas são significativos", observou a fonte.

Os efeitos do expurgo sobre os índices oficiais da economia na performance dos ativos financeiros ocupou, na sexta-feira, uma boa parte do tempo dos técnicos do departamento econômico do Banco Central. A conclusão, segundo um informante que participou das discussões, foi de que a questão se assemelha a "uma linha cheia de nós", cuja principal consequência é "o desabamento da poupança", caso não seja tomada nenhuma medida que proteja o setor.

Aumentar o Imposto de Renda na fonte, hoje de 30% sobre os juros (nos Certificados Bancários) passaria a ser, na visão de técnicos oficiais, a única forma de tornar equitativa a remuneração dos papéis em relação às cadernetas.